

**EDcl Acordo no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.372.040 - ES
(2018/0250799-9)**

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
EMBARGANTE : BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
E SOCIAL
ADVOGADOS : MARCELO LIPCOVITCH QUADROS DA SILVA E OUTRO(S)
- RJ046807
CARLOS EDUARDO GABINA DE MEDEIROS - RJ077775
ANDRE CARVALHO TEIXEIRA - DF018135
RENATO COSTA GANEFF RIBEIRO - RJ134314
EMBARGADO : SOCE - SOCIEDADE CAPIXABA DE EDUCACAO LTDA
EMBARGADO : GUERINO LUIZ ZANON
EMBARGADO : LUCILEIA MARIA UNEIDA ZANON
ADVOGADOS : FÁBIO TEIXEIRA OZI - SP172594
STEFANO MOTTA - SP292659

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. ACORDO. RENÚNCIA AO JULGAMENTO DO RECURSO PELO STJ. PEDIDO DE HOMOLOGAÇÃO. RISTJ. REMESSA AO TRIBUNAL DE ORIGEM. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VÍCIOS. INEXISTÊNCIA.

1. A homologação de acordo extrajudicial não está incluída nas atribuições do Relator constantes do art. 34, IX e XI, do RISTJ. Estas restringem-se à homologação do pedido de desistência do recurso especial, bem como a julgá-lo prejudicado pela perda superveniente de objeto.
2. Devem ser rejeitados os embargos de declaração quando inexiste qualquer vício a ser sanado no julgado embargado.
3. Embargos de declaração no agrado em recurso especial rejeitados.

DECISÃO

Cuidam-se de embargos de declaração opostos por BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, em face de decisão que julgou prejudicado os recursos especiais de e-STJ fls. 765/809 e 837/865, pela informação acerca da celebração de acordo extrajudicial entre as partes.

Nas razões do presente recurso a embargante sustenta que haveria omissão quanto à manifestação acerca da i) sucessão processual da Autora - SOCE - Sociedade Capixaba de Educação Ltda. (Incorporada) pela EDITORA

E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S.A. (INCORPORADORA); ii) homologação da renúncia ao julgamento dos agravos em recurso especial; e iii) extinção do processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, III, "c" do CPC/15.

É O RELATÓRIO.

Na Petição 642043/2018 (e-STJ fls. 1087/1114), EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL, sucessora legal da SOCE - SOCIEDADE CAPIXABA DE EDUCAÇÃO LTDA, GUERINO LUIZ ZANON, LUCILÉIA MARIA UNEIDA ZANON e o BNDES, informam que firmaram acordo e "renunciam expressamente aos direitos sobre os quais se fundam a presente ação" (e-STJ fl. 1090).

A decisão embargada julgou prejudicado os agravos em recurso especial, com fundamento no art. 34, XI do RISTJ, e determinou a baixa dos autos ao Tribunal de origem para a homologação do acordo.

De fato, a homologação de acordo extrajudicial não está incluída nas atribuições do Relator constantes do art. 34, IX e XI, do RISTJ. Estas restringem-se à homologação do pedido de desistência do recurso especial, bem como a julgá-lo prejudicado pela perda superveniente de objeto.

Na presente hipótese, a pretensão da embargante foi justamente a apreciação do instrumento particular de transação, o que, repita-se, não pode ser feito no âmbito STJ, por óbice regimental.

Além disso, a homologação do referido acordo diretamente pelo STJ acarretaria indevida supressão de instância e vulneraria o princípio do duplo grau de jurisdição.

Daí a necessidade de julgar-se prejudicado o recurso especial e determinar-se a remessa dos autos ao Tribunal de origem para que lá seja analisado o pedido de homologação do acordo extrajudicial.

Nos termos do art. 1.022 do CPC/2015, é cabível o recurso de embargos de declaração nas hipóteses em que haja, no julgado impugnado, obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

A rigor, as questões apontadas pelo embargante não constituem pontos omissos, contraditórios ou obscuros do julgado, mas mero inconformismo com os fundamentos adotados na decisão embargada.

Conclui-se, portanto, que o presente recurso não reúne os pressupostos específicos para o seu acolhimento.

Forte em tais razões, REJEITO os embargos de declaração no agravo em recurso especial. Determino, ainda, a baixa dos autos ao Tribunal de origem para apreciação do pedido de homologação do acordo extrajudicial firmado entre as partes.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora